

A DIVERSIFICAÇÃO DO “CAMPO DE PODER”  
EM PIERRE BOURDIEU E APONTAMENTOS  
PARA AGENDA DE PESQUISAS NO BRASIL

*LA DIVERSIFICACIÓN DEL “CAMPO DE PODER”  
EN PIERRE BOURDIEU Y SUGERENCIAS PARA  
LA AGENDA DE INVESTIGACIÓN EN BRASIL*

*THE DIVERSIFICATION OF THE “FIELD OF  
POWER” IN PIERRE BOURDIEU AND NOTES  
FOR THE RESEARCH AGENDA IN BRAZIL*

*Afrânio Raul GARCIA JUNIOR\**

**RESUMO:** O texto visa discutir a evolução do conceito de “campo de poder” segundo Pierre Bourdieu, as pesquisas que o suscitaram e validaram a sua afirmação como portador de novas interrogantes sobre o espaço social a serem examinadas. Começa por examinar a autonomização do campo intelectual e do campo religioso, seguida pelo estudo do campo político e finda pelo polo dominante do campo de poder nas sociedades modernas, o campo econômico. Tais considerações inspiram enunciar pistas de investigações empíricas a serem realizadas no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Campo de poder. Pierre Bourdieu. Apontamentos de pesquisa. Brasil.

---

\* Graduiu-se em Estudos Econômicos Gerais na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da *Université de Paris X, Nanterre* (1968) e em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1969), cursou mestrado (1976) e doutorado (1983) em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ), onde também atuou como professor entre 1978 e 1998. Entre 1983 e 1986 foi supervisionado em seu Pós-doutorado na EHESS, por Pierre Bourdieu. Dirigiu, entre 1996 e 2009, com Ignacy Sachs, o *Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain* da EHESS. Em 2009, passou a integrar o *Centre Européen de Sociologie et de Science Politique*. Nesses espaços, empreendeu um verdadeiro trabalho de diplomacia científica e cultural entre as ciências sociais brasileiras e francesas. Recebeu centenas de estudantes, pesquisadores e professores ao longo de décadas. Os seus trabalhos em antropologia e sociologia, desenvolvidos entre o Museu Nacional e a EHESS, marcaram uma geração de pesquisadores. Afrânio Garcia nos deixou em 30/11/2024, uma semana após ter realizado a revisão desse texto que ora a RES publica.

**RESUMEN:** *El texto tiene como objetivo discutir la evolución del concepto de “campo de poder” según Pierre Bourdieu, así como las investigaciones que lo suscitaron y validaron su afirmación como portador de nuevas interrogantes sobre el espacio social a ser examinadas. Comienza con el examen de la autonomización del campo intelectual y del campo religioso, seguido por el estudio del campo político, y finaliza con el polo dominante del campo de poder en las sociedades modernas, el campo económico. Tales consideraciones inspiran la formulación de directrices para investigaciones empíricas a ser realizadas en Brasil.*

**PALABRAS CLAVE:** *Campo de poder. Pierre Bourdieu. Apuntes de investigación. Brasil.*

**ABSTRACT:** *This text aims to discuss the evolution of the concept of “field of power” according to Pierre Bourdieu, as well as the research that prompted and validated its assertion as a bearer of new questions about the social space to be examined. It begins by examining the autonomization of the intellectual and religious fields, followed by a study of the political field, and concludes with the dominant pole of the field of power in modern societies, the economic field. These considerations inspire the formulation of empirical research guidelines to be conducted in Brazil.*

**KEYWORDS:** *Field of power. Pierre Bourdieu. Research notes. Brazil.*

## **Introdução**

Procuraremos discutir neste texto um conceito central na obra de Pierre Bourdieu, que é o conceito de “campo de poder”, e as pesquisas que permitiram sua afirmação e as que ele induz a fazer. Destaco que no ano de 2022 surgiram várias publicações relevantes, como aquelas que reeditaram algumas das primeiras obras de Pierre Bourdieu como, por exemplo, um dos primeiros livros fundamentais em que ele trabalhou sobre transformações do mundo rural na Argélia. Entre os novos livros dados a público, um dos mais importantes foi sem dúvida *Microcosmes, théorie des champs* (2022), que visa explorar sistematicamente a Teoria dos Campos, obra em que anotações iniciais foram revistas e complementadas por Jérôme Bourdieu, o filho mais velho de Bourdieu, e por Franck Poupeau.

Esse livro está baseado em um programa de redação explicitado por Bourdieu ainda em vida, e mesmo até bem antes de enfrentar problemas de saúde, que são textos de 1995, que são editados para que se verifique o caráter heurístico na noção de campo. Melhor dizendo, o campo serve para pensar questões novas a serem estu-

dadas e para trabalhar tais questões empiricamente. Considero que essa opção por refletir sobre o conceito de campo de poder e sua diversificação enfrenta abertamente a noção de autonomização de qualquer campo, que é sempre problemática, é sempre algo a ser afirmado ou reconquistado.

O melhor exemplo do estatuto precário e não definitivo da autonomia de um campo, a meu juízo, é o livro de Gisèle Sapiro, *La guerre des écrivains: 1940-1953* (1999). Porque em um país, como a França, onde a autonomização do campo literário ocorrera desde o século XIX, não mais submetido a censuras ou prescrições de autoridades religiosas, políticas ou econômicas seguidas de efeitos reais, a ocupação militar alemã durante a segunda guerra vai tentar impor ao conjunto dos escritores suas normas e padrões e imprimir uma determinada direção ao mundo literário. E a autora descreve em minúcias esses combates, essas maneiras de recompor laços de solidariedade e de oposição. Além disso, examina também como a autonomização é reconquistada no final da guerra em 1945, com a vitória dos Aliados. Porém, isso não é uma simples retomada de práticas anteriores a 1939, mas é uma nova autonomização do campo intelectual literário impulsionada pelo Comitê da Resistência formado durante a Segunda Guerra.

Destaco que esse livro altamente inovador desenvolve ideias do que foi uma tese de doutorado dirigida por Pierre Bourdieu, que explicita como essa autonomização de um campo é sempre algo provisório e tenso. Quer dizer, tem sempre que se examinar as condições de possibilidade de existência daquilo que está sendo chamado de campo como uma configuração social dotada de lógica própria não redutível a fatores dominantes em outros campos, como poder econômico, autoridade política ou religiosa. O conceito de campo e a sua autonomia é uma interrogante que perpassa a obra inteira de Bourdieu, desde a sua volta da Argélia para a metrópole, que não está presente nas obras extremamente interessantes sobre a Argélia, nem em *Travail et travailleurs en Algérie* (Bourdieu et al, 1963), nem em *Le déracinement: La crise de l’agriculture traditionnelle en Algérie* (Bourdieu; Sayad, 1964), nem nos trabalhos sobre sua terra natal, o Béarn. Em compensação, desde a volta para o território metropolitano existe uma elaboração progressiva e central, nessa segunda fase de sua produção, a que se pode mais ou menos delimitar o início como ocorrendo entre 1964 e 1966.

Para desenvolver meu raciocínio, realizarei segunda exposição em dois momentos. Em um primeiro momento, é o percurso dos usos do conceito de “campo de poder” no interior da obra de Bourdieu que estará sob exame, para depois examinar como indicações de pesquisas novas a serem feitas poderão ser elaboradas, permitindo tanto avançar no conhecimento empírico, quanto na direção de uma elaboração teórica mais aprimorada e universalista.

## I - Evolução dos usos do conceito de “Campo de Poder”

O início da preocupação com o campo de poder, evidentemente, fica bem assinalado em uma publicação, que é “*Champ intellectuel et projet créateur*” um texto de 1966 publicado na revista de Jean-Paul Sartre, *Les Temps Modernes*, no qual fica claro que o propósito deste texto é o de afirmar que, entre o autor e a sua obra, há sempre um conjunto de relações sociais e cognitivas que implicam em imposições com que cada autor tem que conviver. Demonstra a centralidade da relação com os críticos, editores, concorrentes, rivais, gerações diferentes, gênero dos participantes, enfim, há inúmeros outros vínculos que, embora não sendo visíveis em um primeiro momento, ou em primeira leitura, são fundamentais para se entender os sentidos que estão presentes em cada texto, e que fazem parte integrante de seu conteúdo mais profundo.

Esse texto é marcado, de um lado, pelo debate com Jean-Paul Sartre, retomando no próprio título, a noção de *projeto criador*. O projeto criador era um conceito fundamental da obra do Sartre, a indicar como parte dos indivíduos atribuem significados ao mundo onde estão inseridos. Para isso, temos um primeiro momento de individualização do produtor e, em cima dessa individualização, nós temos a elaboração de sua obra. Nitidamente, há um debate com Sartre, ao tornarem opacas todas as outras relações que estão em jogo nessa produção intelectual, mas um debate também fundamental com o marxismo, que naquele momento é uma referência central em vários lugares do mundo, mas sobretudo na Europa. A saber: era a questão da autonomia relativa do sistema cultural, sobretudo frente às estruturas econômicas e políticas.

Dentro desses debates dos anos 1960, o campo cultural, o mundo cultural, era visto como superestrutura submetido a uma sobre-determinação vinda do universo econômico. Nesse momento dos anos 1960, em reação contra uma espécie de simplificação da relação entre os domínios do econômico, do político e do cultural, pairava a interrogante sobre a autonomia relativa dos jogos culturais frente às demais dimensões da vida social.

Essa questão da autonomia relativa da produção cultural está claramente no centro da noção de campo intelectual, de sua autonomia relativa. Nesse momento, já temos a noção de campo de poder, mas ainda permeada por esse debate sobre a distância relativa entre o campo intelectual e o campo de poder. Quer dizer, o campo de poder aponta para outros poderes, como o poder político, como o poder religioso, como o poder econômico, mas que são externos àqueles jogos de produção intelectual propriamente dita. Campo de poder, nesse caso, aparece mais como referência de algo que tem que ser considerado como forças em presença, mas que não são, nesse primeiro momento, os assuntos sobre os quais Pierre Bourdieu está debruçado. Efetivamente, se examinarmos a obra a partir desse momento, vamos observar que o

autor coloca a noção de campo intelectual à prova nos estudos de sociologia da arte, como o estudo dos museus, por exemplo, da fotografia e da literatura, assim como do sistema de ensino, e depois vai ampliando seu foco a quase todos os domínios das produções artísticas, científicas e intelectuais.

A noção de campo intelectual contribui assim para ir além daquilo que era conhecido até o momento sobre práticas culturais. E é exatamente o sucesso dessa noção, ao permitir objetivar modos de existência da vida intelectual pouco ou nada conhecidos, que vai fazer com que ele vá cada vez mais chegando a um nível mais alto de abstração, tanto do poder intelectual, como permitindo estudar em maiores detalhes o próprio conceito de campo de poder.

Primeiro, trabalha sobre a noção de campo científico, após trabalhar sobre a literatura, pintura, arte e arquitetura. Toda uma série de temas que têm a ver com domínio cultural vai ser retomada no exame da produção propriamente científica e considerar a particularidade do campo científico, que seria um subcampo de um campo intelectual mais amplo. E, ao mesmo tempo, chama a atenção para uma coisa muito importante: “Qual é o lugar dos intelectuais dentro do espaço social?”. Ele vai enfatizar o fato de que os intelectuais estão imersos nos círculos dirigentes, que são uma fração dominada da classe dominante. E, portanto, também eles exercem um poder específico. Há um poder propriamente intelectual, associado a privilégios, que, evidentemente, se estabelece tomando distância do poder de autoridades religiosas, políticas ou econômicas.

Permito-me um parêntese aqui: se olharmos os primeiros trabalhos de Sérgio Miceli, inclusive sua tese de doutorado nos deparamos, exatamente, com uma reflexão do mesmo estilo que Pierre Bourdieu faz aplicada às transformações que ocorreram no Brasil entre os anos de 1920 e 1945. Quer dizer, a autonomização dos escritores brasileiros frente ao patronato agroexportador, sobretudo o patronato do café, e mais especificamente, como as práticas culturais foram modalidades de reconversão de indivíduos e famílias ameaçadas de decadência pelo colapso dos mercados mundiais de produtos tropicais. Aquilo que na obra mesmo do Sérgio Miceli está referido como os “primos pobres”. Quer dizer, como foram os primos pobres das grandes famílias ricas e poderosas que vão fazer inovações importantes nas áreas literárias, da educação, ou mesmo no domínio de edição, dando origem a novos circuitos de expressão do pensamento, de sociabilidade e de instituições promotoras do debate de ideias.

Os novos escritores, editores, críticos, educadores, são agentes ativos da criação de redes sociais e de debate, dotando o mundo intelectual de autonomia relativa frente às antigas oligarquias e poderes religiosos. O espaço social se diversifica, muito além da passagem de economia agroexportadora para economia industrial. Fecho o parêntese.

No mesmo momento em que está estudando o campo cultural e o campo científico, Bourdieu vai igualmente fazer um esforço de análise do episcopado católico para estudar o campo religioso. Há também outros escritos para repensar o que está acontecendo concretamente e como podemos entender o que está acontecendo dentro da esfera política. Mas é apenas nos anos 1980 que, efetivamente, vai dispor de um trabalho concentrado na análise do campo político. Em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (1981), que é a revista que ele passa a editar desde 1975 e em um número de 1984, retoma a questão do trabalho político e, sobretudo, a delegação e o fetichismo político, produzindo uma reviravolta na noção de representação política.

Ao contrário de conceber a representação política como uma relação entre mandatários e mandantes, onde são os primeiros que tem a primazia da definição dos combates a enfrentar, Pierre Bourdieu vai chamar a atenção para a ação dos mandantes como construtores dos interesses dos indivíduos e grupos que representam. Na verdade, ele começa por dizer: “não, os representantes políticos, na verdade, usurpam, por si, pela sua própria existência, eles provocam um reconhecimento dos indivíduos que concentram o exercício de falar no nome dos outros”. Na prática, ao fazer essa virada, ele vai começar a pensar a representação política de uma outra maneira. Com que recursos agem os pretendentes a mandatários? De que autoridade acabam por dispor? De que maneira indivíduos singulares começam a ser reconhecidos por outros como seus representantes? E como é que nesse processo se pode observar uma acumulação da autoridade política?

O que é muito interessante é que a partir desse momento vai ficar mais nítido que a acumulação da autoridade política difere em muito dos processos da acumulação da notoriedade em termos intelectuais. Pode haver homologia entre a distribuição de grupos sociais e indivíduos, tanto no campo intelectual quanto no campo político, mas nada há como uma identidade dos grupos sociais dispersos em cada campo particular. O conceito de campo de poder se complexifica. Nesse sentido, os campos não funcionam da mesma maneira, nem Bourdieu importa todas as ferramentas prontas do exame do campo intelectual para apenas aplicá-las no domínio político. Cada vez que ele passa para exame de um outro campo, na verdade, observamos um trabalho de invenção de novas maneiras de se entender esses jogos sociais e de instauração de poderes específicos.

Pierre Bourdieu analisa a questão da concorrência eleitoral como disputa pelo reconhecimento do representante pelos representados. Também vai estudar todo o campo burocrático e a administração, onde não se toma as decisões fundamentais, mas que implementa as decisões tomadas pelas autoridades políticas e como isso está diretamente relacionado com os modos de funcionamento do sistema escolar. Essa questão do sistema escolar como criador de recursos que vão ser usados não só no campo intelectual, mas também no campo político, tem aqui um pilar básico. Isso ficara claro, sobretudo, em *La Noblesse d'État: Grandes écoles et esprit de*

*corps* (1989), onde ele desenvolve completamente a homologia entre os espaços de diferenças das escolas superiores de excelência e posições diversas entre os grupos dirigentes. O que aparece na passagem do exame do campo político é a afirmação de um outro tipo de recurso estratégico que se contrapõe ao peso do capital propriamente econômico, da riqueza material e da renda. A diferenciação de um novo campo estudado implica a diferenciação de tipos de capitais diversos e de moveis de ações individuais e coletivas.

Há um outro recurso estratégico que também é acumulado ou desacumulado, e é através desse recurso de competências adquiridas e dos títulos obtidos que se manifesta o peso do percurso escolar. Isso começa em uma obra conjunta com Jean-Claude Passeron, *Les Héritiers* (1964), começar a entender que existe uma diferenciação nas sociedades modernas, que não é uma diferenciação apenas de riqueza econômica, mas significa uma diferenciação de riqueza propriamente cultural. Bourdieu analisa a autonomia do campo político, mas autonomia do campo político se produz exatamente no momento em que a concorrência entre os indivíduos que se pretendem tornar representantes, se faz unicamente em termos daquilo que eles podem agir e obter como reconhecimento em termos eleitorais. Ou seja, nesse processo de acesso à autoridade política, não há nenhuma possibilidade de interferência de uma outra autoridade acima daqueles que são os concorrentes propriamente políticos.

Evidentemente, nós não temos nenhuma autoridade religiosa, como por exemplo ocorre no Irã ou em vários outros lugares, uma autoridade teocrática que começa a fixar limites para existência da concorrência política, mas também não temos militares, ou qualquer outro corpo de funcionários de Estado, que pretenda ter competências acima de todos os outros membros do aparelho de Estado (como ocorreu no Brasil e outros países da América do Sul). Isso nos permite pensar mesmo a Constituição de 1988, no Brasil, em que se discute se um parágrafo da Constituição abre ou não a possibilidade de um corpo de funcionários, que tem obrigação de ter lealdade com o serviço público, que começa a querer ter mais autoridade que todos os demais funcionários, como foi o caso dos oficiais militares de alta patente. Trata-se evidentemente de um sinal claro de baixa autonomia do jogo político. Essa autonomização do campo político não chega a estar explicitamente tematizada na obra, mas qualquer leitura atenta permite evidentemente dizer: “bom, eu quero entender como é que se dá uma autonomia do campo político”. E a autonomia do campo político é exatamente como no campo intelectual. Você não reconhece autoridade, nem o valor de recursos de qualquer outro indivíduo ou grupo, além daqueles que são seus pares e concorrentes imediatos.

Nesse sentido, podemos avançar para a análise do campo econômico, que é uma análise particular e é a última explicitação da forte diversificação dos campos de poder. Sem dúvida alguma, são questões com que Bourdieu vai se confrontar



já na última etapa da sua carreira que é dos anos de 1990. Marie France Garcia Parpet examinou a sua obra fundamental sobre esse assunto, *Structures sociales de l'économie*, que são as estruturas sociais da economia estudadas a partir da pesquisa sobre o programa de aquisição de casas individuais. Assinalo, também, aquilo que foi apontado por ela, a convergência entre uma proposta teórica de Pierre Bourdieu e as concepções de Karl Polanyi, ou seja, os modos de existência do sistema de mercados, ou o campo econômico autonomizado, em uma fórmula fácil: “negócios são negócios”. Não se entra com nenhuma outra consideração para entender as transações comerciais, nem religiosas, nem políticas, nem nenhuma outra. Negócios são negócios, *business is business*. Tal norma não é algo válido para toda a história humana, ou em todos os lugares, mas supõe condições históricas e sociais específicas. Ou seja, isso que Karl Polanyi já havia analisado, o sistema de mercado por preços flutuantes se impõe quando a terra, o trabalho e a moeda se tornam mercadorias. Note-se que a publicação de *Structures sociales de l'économie* (2000) é mais ou menos simultânea ao aparecimento do livro de Frédéric Lebaron (2000), sobre o “campo dos economistas”, chamando a atenção como a concorrência entre os especialistas desses jogos econômicos constitui uma parte fundamental da própria existência e transformação do campo econômico.

E é nesse âmbito que aparece um conceito de Pierre Bourdieu que até hoje foi pouco explorado, mas muito interessante, que é o ‘efeito de teoria’. Ou seja, como os especialistas das práticas culturais, ao elaborarem modelos para entender o mundo social, elaboram ideias e normas que se inscrevem no próprio espaço social. Aquilo que é chamado de realidade social, é também fruto da incorporação da elaboração progressiva de formas de compreensão do mundo onde todos os especialistas estão inseridos. E a última questão que eu queria retomar, dentro desse panorama muito sumário do que foi a evolução da noção de campo de poder de Pierre Bourdieu, é a seguinte pergunta: a diferenciação dos campos de poder e a coexistência entre os vários campos conhecem limites? Essa diferenciação entre campo intelectual, campo religioso, campo político, campo econômico, essa diferença entre as várias modalidades da existência de um campo, assim como a relação entre esses campos uma vez que estão todos em operação. Observamos a partir do estudo de Gisèle Sapiro (1999) que a autonomização pode ir em um sentido, mas pode também ser contrariada por autoridades estabelecidas em outros campos. Não há evolucionismo na teoria dos campos ou configurações dadas de uma vez por todas. Mas essa diferenciação entre campos encontra ou não algum ponto limite que não pode ultrapassar?

Bourdieu não chegou a desenvolver completamente esse problema, mas isso, evidentemente, estava agendado no seu horizonte de reflexões. Onde isso fica mais explícito é no curso oferecido sobre o Estado, no *Collège de France*, que está publicado, e que foi uma edição *post-mortem*. Interessante lembrar dos modos como Bourdieu elaborava a sua obra; os cursos do *Collège de France* não eram a síntese



daquilo que ele pensava sobre um determinado assunto. Era, em geral, um momento em que ele fazia uma síntese de qual a relação entre o que ele está pensando e que todos os outros pensadores que vieram antes dele elaboraram como modos de compreensão, e como ele instaura uma espécie de debate, sendo que, nesse debate ele começa a explicitar empiricamente como vai trabalhar para validar o que é sua visão particular e inovadora.

*Sur l'État* (2012) é obra de um momento de uma primeira fase de construção de novo objeto, de algo que ele começava a enfrentar como problemática. A grande novidade é a concepção do Estado como “metacampo”, de um campo de disputas e ações coletivas que ultrapassa todos os demais, em forte dissimetria com os outros. Quando estuda o Estado retoma a ideia do Estado como entidade monopolizadora da violência física, ideia que Max Weber já havia formulado e legitimado. Mas o Estado é igualmente o detentor da violência simbólica. O monopólio da violência simbólica é um tema que revela o avanço das concepções de Pierre Bourdieu, a mostrar bem que há uma dimensão das relações sociais e de poder ainda impensadas, análises para serem referendadas ou refutadas. Nesse sentido, não estamos falando apenas de diversificação do campo de poder, mas também tratando dos limites dessa diversificação e os modos de hierarquização dos diferentes campos de poder entre si.

A partir dessa retrospectiva examinada em um primeiro momento, não se trata, evidentemente, de continuar a discutir abstratamente sobre essas diferentes passagens de toda uma vida extremamente produtiva em termos teóricos e empíricos. Necessário entender como a elaboração de novas pesquisas é uma ferramenta de aprofundamento não só do conhecimento concreto das sociedades humanas, mas também é a forma que permite um aprofundamento teórico da caixa de ferramentas e instrumentos conceituais para melhor compreender o mundo social.

## **II- O Brasil como terreno de investigação e onde se pode pôr à prova os modelos consolidados**

Duas pesquisas mais relevantes no Brasil começaram pondo à prova o esquema conceitual de Pierre Bourdieu e permitindo a discussão de sua universalidade. Por um lado, Moacir Palmeira, no Museu Nacional, iniciou um conjunto de pesquisas no Nordeste sobre transformações do modo de dominação no mundo rural. Por outro lado, Sergio Miceli (2001), sob a orientação direta de tese de Bourdieu, empreendeu o estudo da autonomização do campo intelectual frente aos demais círculos dirigentes, processo ligado à centralização e expansão do Estado brasileiro. Sérgio Miceli (2001), de uma maneira bem interessante, procurou progressivamente ampliar seu horizonte de pesquisa, mais ou menos em paralelo ao que Bourdieu estava fazendo, trabalhando objetos como campo político e o Episcopado. Mas sem

dúvida alguma os seus achados principais estão referidos à literatura, à pintura e à história das ciências sociais. Muitos trabalhos têm explorado as vias de afirmação do campo intelectual no Brasil, desde o Rio Grande do Sul, onde sobressaem os trabalhos de Odaci Luiz Coradini, até o Maranhão, com as investigações de Eliane Reis e Igor Gastall Grill, passando por Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, e daqueles grupos de pesquisa com quem eu mesmo pude trabalhar, estruturados em conjunto com Letícia Canedo e Ana Maria de Almeida da UNICAMP e Roberto Grün da UFSCar, sobre os efeitos da mobilidade internacional de estudantes pós-graduados.

Sem dúvida alguma, há muita coisa por fazer e pensar nessa relação entre campo intelectual no Brasil e campo de poder. Mas essa é uma das áreas mais trabalhadas, acho eu, quando se examina o caso brasileiro. Nas análises de campo político e campo econômico, acredito que muito pode ser feito em termos de investigação inovadora. Na questão do campo político e dos modos de existência de elites dirigentes, quero voltar a essa questão da autonomia dessas configurações sociais. Acho que, comparativamente, vale a pena pensar a autonomização dos jogos políticos no Brasil frente a espaços e jogos políticos em outros países. E nós contamos, evidentemente, na sequência das investigações de Fernando Henrique Cardoso sobre as atitudes e pensamentos do empresariado industrial, com trabalhos de grande qualidade feitos por Eli Diniz e Renato Boschi (2004) que estudaram em maior profundidade o pensamento político dos empresários industriais. Infelizmente eles não se detiveram sobre a acumulação de competências e títulos adquiridos através da passagem pelo sistema escolar, notadamente o superior. Se compararmos ao trabalho sobre o patronato francês, vê-se que há uma riquíssima possibilidade de se analisar a morfologia social do patronato brasileiro pelo ângulo das escolas de poder por onde passaram dirigentes industriais e financeiros, para melhor objetivar o peso desses grupos nos jogos políticos e mesmo nos jogos econômicos. Por outro lado, a análise sistemática das características sociais e intelectuais dos políticos eleitos, da política como profissão, parece igualmente bastante promissora.

Gostaria de lembrar, talvez em virtude de meus investimentos pessoais em pesquisa, como a análise da bancada ruralista, tem permitido entender melhor quem são os indivíduos que se agregam dentro do Congresso Nacional, e que conseguem impor favores incriveis do Estado nacional. Penso em particular, em aprofundar o problema do perdão das dívidas de grandes proprietários rurais com bancos públicos. Mesmo tendo dado o seu patrimônio fundiário como garantia dos empréstimos que contraíram, não lhes é cobrado pelos bancos o total da dívida quando se dizem impedidos de quitá-las. A chamada “rolagem da dívida” encerra um forte privilégio no processo de acumulação. Note-se que os estudos até agora disponíveis mostram que não se trata de grupo coeso e dotado de ideologia particular, mas sim de afinidades múltiplas que são mobilizadas exatamente na capacidade de fazerem perdoar dívidas com bancos públicos lastreadas por garantias com base em patrimônio fundiário.

Essa coesão entre parlamentares aparece em vários momentos em que uma crise pode se avolumar, normalmente quando se trata de passivos de grande monta, suscetíveis de causar falência dos empreendimentos. Mas ocorre ainda quando há normas de funcionamento desrespeitadas, como é o caso da conservação de recursos florestais em propriedades rurais. Isso é apenas um exemplo da relevância de uma análise sociológica de grupos dirigentes, examinando não só os seus recursos materiais e econômicos, mas todos os seus recursos em títulos e competências relacionados aos estudos que fizeram para impor seus interesses mais imediatos às maneiras mesmas do Estado intervir.

Destaco, também, que os pesquisadores franceses atentam pouco para a especificidade do mundo político em que estão imersos e, particularmente, que eles estão trabalhando e pensando a partir de um estado centralizado. A configuração federativa é quase um impensável nos debates intelectuais na França, de forte tradição jacobina. E no caso brasileiro, há uma segmentação por estados federados e há uma diferença enorme das pessoas que acumulam o capital político e permanecem dentro dos estados federados da Federação e aqueles que chegam a participar do nível nacional. Por exemplo, não acontece nunca no Brasil o que acontece na França, que é uma pessoa formada completamente em Paris, que vai para outro departamento, e se estabelece como representante político. No caso brasileiro a segmentação por estados federados parece central dentro do jogo de acumulação de capital político, o que de forma alguma é o caso francês.

É possível que a comparação com outros países com federação implantada, como os Estados Unidos, permita melhor objetivar as diferenças que decorrem da oposição Estado federativo e Estado unitário. Há também trabalhos, como os de Leticia Canedo (2024), que tematiza a diferença na herança de capitais políticos e de novas modalidades de entrada dentro do campo político, como através de militância sindical ou associativa, ou ainda de desempenho profissional. E, no caso brasileiro, tudo indica também que o peso da filiação religiosa dos representantes políticos conte muito. Por isso mesmo, acredito que não se deva ficar no registro desses fatos apenas como anedóticos, mas que precisam ser examinados mais detidamente em trabalho sistemático.

É evidente que esse programa de pesquisa que explico aqui seria impossível ser feito em escala individual. Nesse texto, é um privilégio pensar e formular pistas de pesquisas que poderão ser feitas. Mas de modo algum tenho prontas as hipóteses a serem trabalhadas, mesmo sobre os fatos mencionados. Será necessário pensar ainda em questão bastante recorrente sobre o universo político no Brasil, que é ao fato da acumulação do capital político se fazer em bases individuais ou em bases de agrupamentos como partidos e associações.

Passemos para as pesquisas sobre o campo econômico. Uma primeira possibilidade de pesquisa deve contemplar a morfologia do patronato brasileiro

que aparece no trabalho de Bourdieu e Monique de Saint Martin, mas também aparece nos trabalhos mais recentes do François Denord, que são de uma riqueza enorme e estão publicados em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Uma universidade que tem feito trabalhos extremamente importantes sobre esse assunto é a UFSCar, que abriga pesquisas sobre as elites dirigentes econômicas, como se vê nos trabalhos sobre os fundos de pensão da Maria Chaves Jardim (2013), como se vê nos trabalhos empreendidos por Júlio Donadone (2023) e, particularmente, nas pesquisas do Roberto Grün (2015), que, infelizmente, não tiveram seguimento por motivos de doença. Esse autor estudava o mercado financeiro, chamando a atenção para como capitais privados, por exemplo, se opunham àqueles que estavam baseados em empresas estatais e paraestatais, e que esse era um princípio válido mesmo para compreender diferentes modalidades de importação das ferramentas financeiras internacionais.

Vale a pena chamar a atenção para os trabalhos dos economistas, sobretudo, os da Maria da Conceição Tavares, que diferenciam três componentes do empresariado de países periférico na América Latina. Há firmas multinacionais, portanto, dirigentes originários de outros países centrais, dirigentes de empresas estatais, como Petrobras ou paraestatais, além de empresários nacionais, tanto implantados localmente, como também empresários brasileiros, que estão implantados em universos internacionais. A situação de país periférico, que é diferente de países centrais, acarreta a concorrência no interior do país, com dirigentes diversificados que têm recursos materiais, sociais e intelectuais que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Uma contribuição importante ao conhecimento da concorrência entre essas componentes do empresariado seria nos questionarmos sobre implicações de fatos como, tipos de empresas bastante diferenciadas em termos do recrutamento e funcionamento do seu pessoal dirigente. Acho que tem havido mais estudos sobre aquilo que é chamado de empresariado nacional do que havido estudos, por exemplo, sobre recrutamento e modos de funcionamento de diretorias de empresas como a Petrobras e outras empresas estatais, e muito menos do que sobre normas e padrões de funcionamento de empresas internacionais que atuam no Brasil, como as empresas montadoras de veículos automotores e tantas outras.

Chega ao ponto de registramos como anedóticos fatos que seriam altamente interessantes de entender por análises individualizadas, como empresários de grande fortuna, a exemplo de Jorge Paulo Lemann, que fazem até acordos com universidades estrangeiras e financiam institutos de pesquisa sobre o Brasil implantados em Illinois.

Não estamos querendo particularizar, mas enfatizar que há mecenas de grande fortuna que atuam em empreendimentos culturais que hoje em dia não se restringem mais às fronteiras nacionais. Entender melhor o espaço em que se move esse tipo

de empresariado, sendo que qualquer pessoa pode constatar através da internet seus modos de existência.

Tudo isso me parece um campo de pesquisas altamente promissor.

Por fim, os estudos sobre campos religiosos, mesmo os realizados por Pierre Bourdieu, focalizaram o episcopado católico. No caso brasileiro, por exemplo, o monopólio dos católicos é um monopólio que existiu até final do século XIX e que vem conhecendo concorrência violenta, que implica em uma diversificação do campo religioso e em modos de formação e consagração muito diferentes de acesso à posição de sacerdote dentro de um campo religioso. Basta se pensar em como chega um padre a ser ordenado, como chega um pastor luterano a ser ordenado e como é a modalidade de ascensão e legitimação de outros pastores e pais e mães de santo. A ideia dessa diversificação do campo religioso, que tem sido estudada em muitas monografias, talvez valesse a pena também pensá-la em termos do uso da própria noção de campo.

Em síntese, nos limitamos a entender a progressiva e consistente elaboração do conceito de campo de poder. Acredito que esse esforço deva estimular a construção de novos objetos de pesquisa e, assim, permitir um maior controle dos avanços teóricos, inclusive sobre uma questão central que eu não tratei aqui. Acredito, porém, que é possível perfeitamente que ela seja debatida e que se avance em seu conhecimento, que é o caráter nacional ou transnacional da existência dos campos. Evidentemente isso exigiria uma discussão bem mais prolongada do que essa que era possível fazer em um primeiro momento.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Microcosmes, théorie des champs**. Paris: Raisons d’Agir, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Sur l’État**. Paris: Raisons d’Agir, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Structures sociales de l’économie**. Paris: Seuil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Noblesse d’État**. Paris: Minit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. La représentation de la position sociale. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 52-53, juin 1984. Le travail politique. p. 14-15. DOI: <https://doi.org/10.3406/arss.1984.3521>. Disponível em: [www.persee.fr/doc/arss\\_0335-5322\\_1984\\_num\\_52\\_1\\_3521](http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1984_num_52_1_3521). Acesso em: 31 jan. 2025.

BOURDIEU, Pierre. La représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Paris: MSH, 1981. n. 36-37, févr./mars.

BOURDIEU, Pierre. Champ intellectuel et projet créateur. **Les Temps Modernes**. Paris, n. 246, a. 1966, p. 865-906.

BOURDIEU, Pierre; DARDEL, Alain; RIVET, Jean-Paul; SEIBEL, Claude. **Travail et travailleurs en Algérie**. Paris: La Haye, Mouton, 1963.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les Héritiers**. Les étudiants et la culture. Collection Le sens commun. Paris: Les Editions de Minuit, 1964.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. **Le déracinement**: La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie. Paris: Minuit, 1964.

CANEDO, Leticia Bicalho. **Transmissão familiar e poder político**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2024.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresários, interesses e mercado**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: UFMG, 2004.

DONADONE, Julio Cesar. **Financialisation in the automotive industry**. London: Routledge, 2023.

GRÛN, Roberto. **Decifra-me ou te devoro**: o Brasil e a dominação financeira. São Paulo: Alameda, 2015.

JARDIM, Maria Chaves. **Syndicats et fonds de pension pendant le gouvernement Lula**. Paris: Harmattan, 2013.

LEBARON, Frédéric. **La croyance économique**. Paris: Seuil, 2000.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAPIRO, Gisèle. **La guerre des écrivains (1940-1953)**. Paris: Fayard, 1999.

**Submetido em:** 10/04/2024

**Aprovado em:** 12/06/2024